

Casa, corpo, terra, violência
abordagens etnográficas

ORGANIZAÇÃO

John Comerford

Ana Carneiro

Dibe Ayoub

Grazielle Dainese



PPGAS
MUSEU NACIONAL | UFRJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL

7 LETRAS]

WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. *Anuário Antropológico*, v. 6, n. 2, p. 164-203, 1982.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. *Anuário Antropológico*, v. 5, n. 1, p. 119-150, 1981.

_____. Migração, família e campesinato. In: WELCH, C. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. v. 1. São Paulo: Editora UNESP, Brasília: NEAD, 2009. p. 217-238.

Dessubstancializando a casa via configurações e formas provisórias de existência

André Dumans Guedes¹

“Cansei! Eu vou é vender essa casa e me mudar desta cidade, ir pra longe. Não aguento mais. Essa casa é um para-raios de problemas, é só isso o dia inteiro, esse monte de gente aparecendo porque precisa de ajuda...”. Nervosa e esgotada, no seu desabafo Fatinha explicitava esse dilema que já há algum tempo vinha lhe atormentando: tornar-se dona de sua própria casa foi algo árduo e penoso, assim como o foi reunir as condições para as tão planejadas reformas concluídas no último ano; a casa sonhada, por outro lado, revelara-se desde sempre um “para-raios de problemas”. Sentindo já a aproximação da velhice, Fatinha vinha se dando conta então de que, naquele lugar, não conseguiria jamais *sossegar*.

É a tensão manifesta aí nosso fio condutor neste artigo. Buscaremos, assim, seguir Fatinha na sua constatação – apenas na aparência contraditória – de que os problemas em questão são uma consequência, direta e como que necessária, do sonho realizado.

* * *

Argumento neste texto que uma casa se define pelas relações estabelecidas, a distâncias variáveis, entre ela e outros espaços; estes últimos não são exatamente casas, ou não o são tanto quanto a primeira o é; mas neles também é possível “morar”. Amparando-me na experiência e na perspectiva de meus interlocutores – moradores da cidade de Urucânia, no norte

¹ A pesquisa que resultou nesse texto iniciou-se durante o trabalho de campo relativo à minha tese de doutorado, realizada entre 2008 e 2010 e financiada por uma bolsa de pesquisa do CNPq. A maior parte dos dados aqui apresentados foi recolhida, porém, durante o período em que usufruí de bolsas de pós-doutorado fornecidas pela Faperj (no IPPUR/UFRJ) e pela Capes (PNPD, no Museu Nacional/UFRJ). Agradeço a todas essas instituições pelo apoio.

do estado brasileiro de Goiás – eu defendo a ideia de que estas relações não são secundárias, sociológica ou cronologicamente, à existência ou construção de uma casa.

Na origem de tais formulações, destaco o papel desempenhado pelas colocações de Carsten e Hugh-Jones (1995), autores fundamentais para o que vem sendo chamado de “nova antropologia da casa” (CORTADO, 2016). Estes antropólogos argumentaram em prol de perspectivas analíticas que “des-substancializassem” as casas, sobretudo via a ênfase em *processos* que problematizassem aquelas abordagens estruturais ou estruturalistas (BOURDIEU, 1972) representando essas casas “como relativamente fixas e permanentes” (CARSTEN; HUGH-JONES, 1995, p. 37). Em Guedes (2017) realizei uma análise orientada por esses parâmetros, apresentado como – nesta mesma região onde reside a Fatinha mencionada acima – as transformações na vida de outra de minhas interlocutoras estiveram correlacionadas às mudanças pela quais sua casa passou. Da mesma maneira que outros etnógrafos recentemente trabalhando a questão da casa nas camadas populares brasileiras (BORGES, 2003; CAVALCANTI, 2007; MOTTA, 2014; CORTADO, 2016; ARAÚJO SILVA, 2017), abordei aquela dimensão processual evocada por Carsten e Hugh-Jones via a consideração das práticas e temporalidades pelas quais uma casa é construída, ou submetida a obras constantes, para sua reforma ou manutenção.

É também a rentabilidade heurística de todas estas abordagens o que me estimula aqui a persistir nesses esforços para “des-substancializar” as casas, agora numa nova direção. Meu foco aqui reside nem tanto nesses processos de construção que em Guedes (2017) eu contrapunha à casa “fixa e permanente”, pronta ou acabada. Busco sim problematizar a unidade e fechamento desta casa, pensando-a não como um objeto individualizado e contido em si próprio, ou algo definível e delimitável a priori. Mais uma vez, parto de um diálogo estreito com as etnografias que abordam a casa junto às camadas populares brasileiras.

A referência crucial para tal tarefa é a noção de “configuração de casas”, elaborada por Louis Marcelin (1999) e retomada mais recentemente de forma bastante produtiva por outros autores (e.g. PINA-CABRAL, 2014; MOTTA, 2014; DALMASO, 2014; HANDERSON, 2016; ARAOZ, 2016;

² “as relatively fixed and permanent” (todas as traduções de citações em língua estrangeira nesse texto são de minha autoria).

ARAÚJO SILVA, 2017). Numa nota de rodapé de sua tese de doutorado, Marcelin (1996) menciona rapidamente que “o termo configuração, tal qual ele é empregado aqui, aparece com aquele mesmo sentido utilizado por Norbert Elias na obra *A Sociedade dos Indivíduos*”³ (cf. ELIAS, 2015). É em outra obra desse autor (ELIAS, 1994, p. 249), porém, que podemos encontrar uma definição mais sistemática deste conceito, remetendo a

uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes (...) Não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um ‘sistema’ ou ‘totalidade’ para além dos indivíduos, mas a rede de interdependência por eles formada.

Na formulação original de Marcelin, a noção de “configuração de casas” buscava dar conta “de processos *relacionais* entre agentes familiares originários de várias casas, [através de um] processo contínuo de criação e recriação de laços de cooperação e de troca entre entidades autônomas” (1999, p. 37, grifo do autor).

A casa não é somente um bem individual transmissível, uma coisa, um bem familiar, uma ideologia. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade. Ela também não é uma entidade isolada, voltada para si mesma. A casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas. Ela é pensada e vivida em inter-relação com as outras casas que participam de sua construção — no sentido simbólico e concreto. Ela faz parte de uma configuração (MARCELIN, 1999, p. 36).

Mais do que ser inteiramente fiel a este conceito, interessa-me explorar algumas das possibilidades analíticas sugeridas por ele. Argumento assim que, nas configurações de casas presentes no universo que estudo, sempre existirão assimetrias e hierarquias conectando os entes nelas relacionados. Não é meu objetivo discutir se tais assimetrias e hierarquias se fazem presentes naquele contexto no qual surgiu o conceito, nem mesmo insinuar que esse último deva ser “corrigido” na direção em que encaminho minha análise. Ressalto apenas que, ao retrabalhá-lo dessa maneira, estou radicalizando um aspecto já presente – mas de forma discreta ou sem tanta ênfase – em algumas daquelas etnografias realizadas sob a inspiração de Marcelin (1999). Motta (2014, p. 123), por exemplo, caracteriza os laços

³ “le mot de configuration, tel qu’il est employé ici, est usité dans le même sens que Norbert Elias dans *La Société des individus*”.

definindo a configuração de casas que estudou pela referência a uma “interdependência expressa na assimetria entre aqueles que cuidam e aqueles que são cuidados”.⁴ Na mesma direção, Pina-Cabral (2014, p. 40) qualifica algumas das casas da configuração que examinou como sendo “fundadoras ou, pelo menos, agregadoras”. Postulando essa diferenciação, esse autor também evoca – mas sem tirar maiores consequências daí – a existência de hierarquias nestas configurações. Eu sugiro assim que o que está em jogo no exercício intelectual que proponho aqui é submeter essa noção de configuração de casas a uma “desconstrução-potenciação” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 28) – ou seja, problematizo essa ideia e busco reconstituí-la de outro modo; e faço isso tendo em vista não uma releitura crítica ou a explicitação de sua eventual inadequação, mas porque assim me parece possível atualizar virtualidades aí presentes e até hoje não exploradas, e capazes de tornar essa noção ainda mais rentável heurísticamente.

Oriento-me nessa direção também em virtude de problemas etnográficos emergentes da investigação que, há mais de oito anos, conduzo em localidades no já mencionado norte do estado brasileiro de Goiás. Em trabalhos anteriores (GUEDES, 2013, 2014, 2017), mostrei como as vidas das pessoas que encontrei aí estavam marcadas por frequentes e intensos deslocamentos espaciais. Relacionando-se diretamente a isto, destaquei como meus interlocutores falavam de suas vidas e do mundo recorrendo a um código através do qual desempenhavam papel central expressões e ideias associadas a diferentes mobilidades. No que se refere a este último aspecto, minhas investigações se articulam fortemente a um conjunto de outras pesquisas que, privilegiando universos rurais do interior do Brasil, têm buscado levar a sério e capitalizar a importância que as pessoas estudadas nestes universos concedem às práticas, ideias e valores associados aos *movimentos* (para uma boa introdução a estes trabalhos, cf. COMERFORD; CARNEIRO; DAINESE 2015). Assim, é também essa centralidade sociológica e cosmológica dos *movimentos* o que explica meus esforços para discutir a casa de modo “des-substancializado”.

Nesse sentido, o que está em jogo nestes esforços é também uma estratégia descritiva. Além de ser um objeto de investigação por si próprio, a casa me interessa pela sua capacidade de promover a articulação entre

⁴ “interdependence expressed in the asymmetry between those who care and those who are cared for”.

temáticas diversas, sintetizando e expressando de maneira contundente e clara significados, valores e tensões que também se fazem presentes alhures (CARSTEN; HUGH-JONES, 1995). É assim que o exame de alguns dos *movimentos* que constituem uma casa – justamente aquilo que a abre, o que a transforma ou assinala sua incompletude – possibilita a descrição de outros e correlatos *movimentos*: aquele característico das pessoas indo e vindo da cidade sabe-se lá para onde; a mobilidade das coisas, crianças e favores circulando de um lado a outro; as oscilações inerentes à vida de todos, ou os altos e baixos relacionados aos ciclos de prosperidade e decadência econômica.

Uma casa e aqueles acolhíveis por ela

Voltemos assim a Fatinha, e aos problemas que ela vem enfrentando em – ou com? – sua casa. Na hora do desabafo acima exposto, o que a atormentava em particular era a situação de Claudete, uma adolescente que Fatinha vem “ajudando a criar” desde pequena. Alguns meses antes, grávida de gêmeos, Claudete havia passado a viver com o pai de seus futuros filhos, que começara a montar uma casa para eles todos. Com apenas vinte anos de idade esse rapaz parecia a todos já maduro, e como usufruía de uma condição financeira estável e de um temperamento tranquilo, vinha se mostrando capaz de oferecer a Claudete e aos filhos de ambos uma vida *sossegada*. Também por isso, e como que evidenciado a incipiente respeitabilidade e *estabilidade* daquele espaço, mudara-se para esta casa a irmã mais velha de Claudete. Esta última vinha há anos enfrentando problemas com o álcool e a depressão, e alternava estadias na rua, prisões e internações diversas. De menina problema a uma dona de casa capaz de acolher a irmã mais velha em maus lençóis: por esta época, Fatinha não podia deixar de se surpreender com o rumo que as coisas vinham tomando na vida de Claudete.

Tudo isso, porém, transformou-se da noite para o dia. Pois o marido de Claudete foi preso, acusado de roubo – injustamente, ao que tudo indica – na loja de colchões em que trabalhava. A irmã de Claudete, acusada de cúmplice neste desfalque, foi detida na mesma ocasião. E de uma hora para outra Claudete viu-se morando só com os dois filhos pequenos. Pouco experiente nos afazeres domésticos, sem o dinheiro do marido e não contando mais com o apoio dele e da irmã, ela foi encontrando mais e

mais dificuldades para cuidar da casa para onde se mudara. Algum tempo depois, esta casa se encontrava praticamente deserta; e ela e as crianças estavam se alimentando e dormindo quase todas as noites na casa de Fatinha. Foi esta a situação que levou a Fatinha a referir-se a sua casa como um “para-raios de problemas”. Pois ela se via assim obrigada a tomar conta de crianças oriundas de um lar desfeito – mais uma vez.

É preciso, porém, caracterizar essa recorrência, contextualizando melhor esse “mais uma vez” e insistindo no que é aparentemente irônico nessa situação – o fato de Fatinha estar “criando” os filhos de sua “filha de criação”. Começamos destacando que esta última designação é ela mesma imprópria, como Fatinha tantas vezes faz questão de frisar: ela não “criou” Claudete, apenas “ajudou a criar” essa última. Fonseca (2002), uma especialista nestas modalidades de circulação de crianças, auxilia-nos aqui na explicitação do que significa esse “ajudar a criar”. Esta autora chama a atenção para a complexidade e a variedade dos laços relativos a estas “idas e vindas das crianças no âmbito desta profundamente enraizada cultura de ‘adoção’ ou ‘criação’ de crianças [fosterage] prevalecente em tantos desses universos das classes trabalhadoras brasileiras” (2002, p. 409). Do mesmo modo que em outras das situações evocadas por essa autora sob a rubrica do “fosterage”, o que se manifesta no caso de que tratamos não é uma adoção ou transferência definitiva da criança de uma casa ou família para outra – mas sim a sua permanência temporária num outro lugar. Fonseca (2002, p. 405) argumenta que, na maioria das vezes, essa permanência ocorre “em função de uma situação de crise na vida da mãe”.⁶ Por outro lado, esta mesma autora destaca que essa “circulação das crianças é usualmente considerada um evento banal entre aqueles envolvidos nessa situação” (2002, p. 408). É a explicação para esse aparente paradoxo o que mais me interessa aqui, já que o ponto a ser destacado é que a frequência e a previsibilidade com que tais crises ocorrem terminam por fazer delas eventos “banais”. Aquilo que está claro para todos os envolvidos é que alguém como Claudete – com pais ausentes, e sem parentes próximos confiáveis – tem muito a ganhar usufruindo de uma relação mais ou menos regular com uma família como a de

5 “comings and goings of children within the deep-rooted fosterage culture prevalent in many Brazilian working-class neighborhoods”.

6 “because of a crisis situation in the mother’s life”.

7 “child circulation is often treated as a banal event by the various people concerned”.

Fatinha. Em certos períodos ou em função deste ou daquele evento, ali ela pôde (e pode) encontrar um porto relativamente seguro, num espaço cuja *estabilidade* é um contraponto à *bagunça*, *lambança*, *desordem*, *gandaia* ou *descontrole* – todos estes termos nativos – imperando junto a seus parentes. O “ajudar a criar” mencionado por Fatinha evoca uma disponibilidade dessa ordem: quando a crise vier, ou na próxima crise, todos sabem que as portas desta casa estarão abertas para acolher, pelo tempo que for necessário, as crianças envolvidas nesta situação.

Não é meu objetivo aqui definir de modo preciso a natureza do vínculo que se estabelece aí – também para fazer justiça à fluidez nas formas de nomeação presentes em situações como essas, nas quais são abundantes as referências ao fato de que alguém é “como uma mãe de criação”, “como uma mãe”, “uma madrinha” ou “como uma madrinha”. Ao evocar estas diversas formas de nomeação, busco sobretudo comparar o que se passou com Claudete com outras situações nas quais Fatinha afirma também ter atuado “ajudando a criar” outras crianças.

Isso foi particularmente comum algumas décadas atrás, quando a cidade de Urucânia vivia outros tempos, durante a *febre* do garimpo. Nessa época, Fatinha e seu marido – hoje falecido – levavam uma vida próspera e relativamente tranquila, já que eram proprietários de um par de máquinas para extrair ouro, de um bar e de uma casa própria. A relativa *estabilidade* usufruída pelo casal contrastava assim com a turbulência, insegurança e incerteza marcando a vida da maior parte daquelas pessoas que, afluindo de lugares diversos de Goiás, do Nordeste e do norte do Brasil, tinham vindo tentar a sorte naquela cidade. De forma análoga ao que se passou com Claudete na descrição dos parágrafos anteriores, este contraste entre ambientes “familiares” e lugares desestruturados – *descontrolados*, *bagunçados* – ajuda a compreender como foram contextualizadas diversas das relações familiares, de amizade e de trabalho que o casal estabeleceu neste período.

Assim, a casa de Fatinha e seu marido era frequentada não apenas por crianças. Ela acolhia temporariamente também mulheres que haviam apanhado de seus parceiros, e que precisavam de um tempo distantes deles – para que elas se recuperassem fisicamente dos ferimentos ou para que eles se acalmassem. Travestis e mulheres envolvidas com a prostituição, ou rapazes e homens solteiros com problemas das mais diversas ordens, também podiam eventualmente encontrar algum *sossego*, proteção e cuidado

na casa da família. O mesmo valia para forasteiros recém-chegados; para parentes vindos de outros lugares para tentar a sorte no garimpo; para adolescentes sem família ou querendo se afastar dela; ou para aqueles que se encontravam *rodados* ou *descontrolados* – desamparado, enfrentando problemas com vícios, sem trabalho ou sem ter onde dormir e comer.

A *amizade* com estas pessoas, na maior parte das vezes, foi cimentada pela frequência habitual delas ao bar que Fatinha e o marido tocavam. Tomando em consideração esse estabelecimento, sugiro aqui um termo certamente pouco adequado para descrever esses laços, dizendo assim que todas essas pessoas eram “clientes” do casal e deste estabelecimento. Se eu lanço mão deste termo inadequado, é porque quero explorar seu duplo sentido, designando tanto os frequentadores assíduos de um ponto comercial quanto o seu lugar central numa certa tradição antropológica. Evoco assim de forma sinóptica um ponto que trabalhei em detalhes em outras ocasiões (GUEDES, 2011, 2012, 2013), quando examinei estas mesmas relações à luz da literatura tratando do tema da “patronagem” – ou das relações entre “patrões” e “clientes”, como um dia se falou. Da vastíssima literatura sobre o assunto, recorro aqui apenas a uma breve referência a um clássico, que se revelou produtiva para a consideração do caso que me interessava: para Silverman (1967, p. 283-287), a patronagem remete a “um relacionamento contratual informal entre pessoas que usufruem de status e poder desiguais, que impõem obrigações recíprocas de diferentes naturezas para cada uma das partes envolvidas”⁸ e que se revela “idealmente um laço pessoal e afetivo”⁹; já que “lealdade, amizade e sentir-se como alguém que é quase da família”¹⁰ marcam esse vínculo. Nestes trabalhos, eu buscava então mostrar como essas relações presentes na casa ou no bar se atualizavam e se transformavam ao serem transpostas para outros universos, revelando-se crucial para a constituição deles todos: tratemos aqui do trabalho no garimpo, onde esse vínculo hierárquico atualizava-se nas relações entre *proprietários* e *percentistas*; ou em um movimento social, no qual elas se materializavam nos laços entre os *coordenadores* e *membros do grupo*.

8 “an informal contractual relationship between persons of unequal status and power, which imposes reciprocal obligations of a different kind on each of the parties”.

9 “ideally a personal and affectionate tie”.

10 “loyalty, friendship or [the feeling of] being almost like one of the family”.

Uma casa ligando-se a certas formas provisórias de existência

Aqui, meu foco reside na consideração destas relações “hierárquicas” ou “patronais” a partir dos “modos de habitação [destes] agentes no meio popular” (MARCELIN, 1999, p. 31). Mas como já adiantei, no universo etnográfico que considero, estamos diante de uma situação na qual, ao contrário do sugerido por este autor, estes “modos de habitação” não remetem necessariamente, exclusiva ou predominantemente às casas. Ainda que não de todo pertinente, a noção de “forma provisória de existência” de Mello e Souza (2000, p. 42) funciona como um bom ponto de partida para essa discussão. E isso por tal noção fundamentar-se na ideia de que, nos “caminhos, nas fortificações e nas fronteiras” deste “mundo sempre em movimento”, que é o interior do Brasil colonial examinado pela autora, a casa está longe de ser o modo de habitação único, sendo sequer o mais comum. Note-se desde já que isso não significa negar a pertinência analítica e descritiva da ideia de “casa”, nem atribuir-lhe um papel subordinado na dinâmica destes universos; significa sim um esforço para dimensionar e contextualizar, etnograficamente e diante de uma pluralidade de outras entidades, o seu lugar e o das relações que a constituem.

Antes de voltar aos dias de hoje, persistamos então um pouco mais com a realidade destas áreas do centro-norte do país que, experimentando alguma *febre* (GUEDES, 2014) ou boom econômico, veem-se invadidas por forasteiros, “aldeias e vilarejos se [erguendo] de um dia para outro, [e] nada garantindo que durassem mais do que alguns anos” (MELLO E SOUZA, 2000, p. 42). Era isso o que experimentava a recém-surgida cidade de Urucânia naqueles anos 80 em que Fatinha e seu marido se casaram, estabeleceram-se como proprietários no garimpo e abriram um bar. A relativa escassez das casas nestes contextos pode ser bem ilustrada por um depoimento colhido por Marques (2015, p. 41, grifos meus) em Xinguara – município do sul do Pará não tão distante de Urucânia e por onde circularam muitos dos antigos garimpeiros que conheci nesta última cidade.

Em 1977, quando entrei aqui pela primeira vez (...) vim porque ouvia dizer que era bom para começar a vida, só que não foi fácil não naqueles primeiros tempos. *Tinha pouquinha casa*, aqui tudo era só mata. (...) *Tinha muita gente e tinha pouca casa*. O povo vinha para Xinguara porque tinha muita madeira, muito ouro, muito trabalho, então o povo vinha para arriscar a vida para ver se ganhava dinheiro. Bom, aí o povo ia chegando. *Quem*

tinha dinheiro ou trazia um suporte melhor já ia construindo suas residências melhores, mais seguras, mais organizadas. Quem vinha fraco de condições, ia se instalando nos barraquinhos do jeito que dava, quando isso aqui ainda era o Entroncamento do Xingu. Tinha muito daqueles barraquinhos, só de lona, ou só de palha de babaçu, improvisado mesmo, parece que todo mundo estava esperando para ver no que ia dar...

São justamente as relações estabelecidas entre os “modos de habitação” mencionados por este senhor o que me interessa neste artigo. Redefinindo a ideia de “configuração”, passo a considerá-la aqui a partir das relações que articulam *uma casa* – o equivalente destas “residências melhores, mais seguras, mais organizadas” – a lugares mais precários e provisórios, tal como os “barraquinhos” evocados na citação. Desta fala, incorporo ainda, nesta minha redefinição da noção de configuração de casas, a sugestão de que a distinção e a vinculação entre estes dois tipos de espaço costumam guardar algum isomorfismo com a polaridade “patronal” entre os que têm ou trazem “um suporte melhor” e os que estão “fraco de condições”. Estas ideias nos ajudam a perceber melhor como, na juventude de Fatinha, sua casa contrastava com tantos “barraquinhos” e – justamente por esse contraste – estava ligada a eles.

Mas a casa dela estava ligada não apenas a estes “barraquinhos”, como também a uma série de entidades análogas que, sugestivamente, aproximam-se via uma etimologia comum: *barraco, barraca, barraquinha, barracão*. Era para os *barracos* e *barracas* localizados nas beiras dos rios que se destinavam a maior parte daqueles forasteiros, adolescentes e conhecidos que, ao chegarem a Urucânia, eram recepcionados na casa de Fatinha e seu marido, passando depois a frequentá-la. Como no caso dos “barraquinhos” dos primórdios de Xinguara, a lona e a palha de babaçu (além de alguma madeira colhida nas redondezas) eram os materiais básicos para a criação destes abrigos. Nos acampamentos assim formados, estes homens passavam a semana ou vários dias seguidos trabalhando nas balsas e chupadeiras com as quais extraíam ouro.

Ressaltemos ainda que, para Fatinha e muitos de meus interlocutores, não foi apenas o trabalho no garimpo de ouro o que lhes trouxe familiaridade com *barracas* e *acampamentos* feito esses: mas também o seu envolvimento com movimentos sociais. Como mostra Sigaud (2000), o relativo sucesso das mobilizações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem-Terra (MST), no Brasil dos anos 1990, estimulou outros grupos a recorrerem à mesma forma de ação coletiva privilegiada por esse coletivo: montar acampamentos com barracas de lona preta nas beiras das estradas como forma de visibilizar demandas e atrair a atenção do Estado. Na trilha aberta por esta autora, outros pesquisadores mostraram como acampamentos dessa natureza fizeram-se presentes em universos diversos: nas áreas de atuação tradicional de sindicatos rurais no nordeste do Brasil (ROSA, 2004), em periferias urbanas (FIRMO, 2008) ou no Mato Grosso do Sul dos indígenas Guarani Kaiowá (CORRADO, 2013). No caso de Fatinha e seus conterrâneos de Urucânia, a vivência nesses acampamentos se deu em função de seu engajamento num movimento de atingidos por barragens, surgido no final dos anos 1990 para reivindicar um melhor tratamento para aqueles prejudicados pelas usinas hidrelétricas construídas na cidade. Longe de esgotar a multiplicidade de contextos em que tais acampamentos se fazem presentes, a experiência de meus interlocutores nestes espaços sugere o quão versáteis e disseminados podem ser tais arranjos – como nos mostra a literatura sobre os acampamentos de refugiados (AGIER 2011) ou sobre os territórios dos usuários de crack (RUI, 2014) – e o quão comuns e triviais podem ser, para pessoas como as que trato aqui, as estadias neles. Em todos estes casos, estes acampamentos podem ser pesados enquanto algo próximo daquelas “formas provisórias de existência”.

Voltemos assim a considerar a experiência daqueles garimpeiros. Retornando eventualmente das beiras dos rios para a cidade, para divertirem-se ou comprarem mantimentos, com frequência eram também em *barracos* que estes garimpeiros iriam alojar-se. Nesse caso, o termo assume seu sentido mais convencional e evoca as moradias relativamente precárias – feitas com tábuas, caixotes, latas, folhas de zinco – de bairros distantes, semirurais ou ainda se urbanizando.

Naqueles anos 80, ainda mais populares que estes barracos eram os *quartinhos* ou *cômodos* abrigando os que *de-moravam-se* em Urucânia. (*De-morar-se*, categoria nativa: *de-morar* é menos – e mais – que *morar*, é passar uma temporada, demorar um tempo aqui ou ali. Note-se a adequação desta expressão para o argumento desenvolvido aqui). Ainda que em menor grau, tais *quartinhos* permanecem um elemento marcante e frequente na paisagem de Urucânia até hoje, na maior parte das vezes se sucedendo em fila em edificações que variam muito de tamanho – algumas contendo 4

ou 5 destes cômodos, outras até mesmo algumas dezenas deles. Longe de remeterem a uma invenção local, eles evocam um tipo de habitação que, nas suas variações, faz-se presente em diversos outros cantos do país.¹¹ Uma evidência de tal disseminação – assim como da versatilidade de tais imóveis – pode ser apresentada pela referência a outros eventos relevantes ocorridos nesta cidade, a partir de meados desta mesma década de 80: pois foi nessa época que teve início o processo de construção de três usinas hidrelétricas na cidade. Prolongando-se por mais vinte anos, estas obras culminaram, quando de seu encerramento, no fim do garimpo como atividade econômica – seja porque os rios onde o ouro era extraído foram alagados para a criação dos lagos das barragens ou porque, com o surgimento destas últimas, incrementou-se a fiscalização estatal de uma atividade considerada ilegal no país. O que mais nos interessa aqui, porém, é que o gradual enfraquecimento do garimpo não implicou no desaparecimento destes quatinhos e cômodos tão intrinsecamente associados a ele, mas numa proliferação ainda maior deles. Pois estas modalidades de habitação prestaram-se então para acolher contingentes significativos dos fluxos populacionais atraídos por estas obras das barragens. Neste novo cenário econômico, a casa de Fatinha e seu marido persistiu desempenhando a mesma função. Da mesma forma que o bar administrado por eles, também esta casa permanecia *movimentada*, ambos atendendo agora a uma “clientela” reconfigurada.

Por fim, destaquemos que este mesmo contexto respondeu pelo surgimento de outro tipo de lugar conectando-se a casas como estas: os alojamentos das principais empreiteiras responsáveis pela construção das barragens. Por períodos de tempo variáveis, o marido de Fatinha e outros parentes e conhecidos do casal, também frequentadores da casa deste último, passaram temporadas aí – sobretudo por terem sido contratados para tarefas que, por múltiplas razões, exigiam uma maior regularidade

11 A título de exemplo, podemos encontrar referências a eles na literatura descrevendo aqueles espaços transformados rapidamente por grandes eventos ou projetos de desenvolvimento – vide aqueles “quitinetes” que, nos anos anteriores aos Jogos Olímpicos de 2016, apareceram em profusão em favelas e subúrbios do Rio de Janeiro, para atender “os que atuavam como mão de obra nas grandes obras viárias ou de construção civil” associadas a esse evento (CAVALCANTI, 2017, p. 228). Numa outra direção, esses *quatinhos* e *cômodos* guardam notáveis semelhanças arquitetônicas com aqueles dormitórios dos engenhos de cana de açúcar nordestinos identificados como “ranchos” (MENEZES, 2002). Especialista nesse universo, Palmeira (2009, p. 206) nos lembra que um “rancho” é um local que não é de “boa qualidade, é precário; não é coisa definitiva”.

ou proximidade dos canteiros de obras, e a permanência temporária do trabalhador nos alojamentos.¹²

20 anos depois, quando conheci Fatinha e sua família, o garimpo e as obras de construção das barragens já não se faziam presentes mais por aquelas bandas e a cidade em muito se transformara (GUEDES, 2017). Mas sua casa permanecia fazendo funcionar uma “configuração”. Sabemos já que, nesta configuração mais recente, a casa de Fatinha relacionava-se com aqueles lugares por onde circulava Claudete, aquela moça que ela ajudara a criar. Além disso, outros espaços análogos a estes últimos podem ser apontados: a residência de uma *amigo* e vizinho da família, que fora abandonado pela mulher e morava agora com os filhos adolescentes; o *cômodo* que o filho universitário de Fatinha alugava em Goiânia; a residência que uma comadre de Fatinha deixou para trás ao se mudar para Brasília, e onde os filhos adolescentes dessa última permaneceram; a casa montada temporariamente por seis ou sete meses pela filha e pelo genro no estado vizinho do Tocantins, onde ele arrumara um emprego; o *quatinho* alugado por outro genro numa outra cidade vizinha onde este último estava a serviço. São destas “formas provisórias de existência” – barracos e suas variações, acampamentos, quatinhos e cômodos, imóveis alugados temporariamente, alojamentos – que, não por acaso, costumam emanar aqueles “problemas” que, como vimos na abertura deste texto, são como que naturalmente atraídos pela casa de Fatinha.¹³

Mesmo que breve, estas menções a tais espaços nos parecem relevantes para dissociar a discussão de problemas concernentes à “moradia” ou “habitação” de um foco exclusivo na casa. O ponto se torna mais premente

12 Aqui tangenciamos aquela literatura que, partindo da preocupação com a questão do trabalho, viu-se impossibilitada de dissociá-la do problema da “moradia”. Refiro-me aqui aos “sistemas de trabalho migratório [migratory labor systems]” de Burawoy (1976); às discussões de Leite Lopes (1979) sobre a imobilização da força de trabalho; e aos “sistemas acampamento-grande projeto” (LINS RIBEIRO, 1988; 1989) e “canteiro de obra-acampamento” (ANTONAZ, 1995).

13 Uma parecerista deste artigo questionou-me se essas “formas provisórias de existência” eram nomeadas como “casas”. Respondendo a ela sumariamente, eu diria que em algumas ocasiões sim, em outras não. A questão é mais do que pertinente, e a ela poderia ser dedicada um artigo inteiro, no qual eu exploraria com calma a imensa variação nos modos de designar e classificar esses espaços em função de variações de contexto. Na próxima seção, apresento um exemplo disso, evocando como o termo “casa” passou a ser utilizado de forma marcada, e num novo sentido, após as obras ocorridas no lugar em que Aparecida (outra de minhas interlocutoras) morava.

quando mais intensos forem, no universo a ser descrito, os vetores e dinâmicas qualificando-o como uma zona de “fronteira” – ou seja, uma área de ocupação ou urbanização recente, nas periferias metropolitanas ou nos confins e interiores do país. Veremos no próximo item como, nas reflexões de meus interlocutores a respeito destes processos, fazem-se fortemente presentes certas categorias que expressam justamente a centralidade destas “consolidações” ou “estabilizações” diferenciais de casas, lugares, zonas e cidades.

Diacronicamente: projetos para uma casa durável

...E caiu a chuva, vieram as enchentes, sopraram os ventos e bateram com violência contra aquela casa, mas ela não caiu, pois tinha seus alicerces na rocha. Todo aquele que ouve estas minhas palavras e não as pratica é como um insensato que construiu a sua casa sobre a areia. E caiu a chuva, vieram as enchentes, sopraram os ventos e bateram com violência contra aquela casa, e ela desabou. E grande foi a sua ruína.

(Mateus 7: 26, 27)

Descrevi em detalhes em Guedes (2017) como se deu o processo de construção e reforma da casa sonhada por Aparecida, uma de minhas principais interlocutoras em Urucânia. De fato, boa parte de meu trabalho de campo nesta cidade foi realizado junto a estas duas residências – a de Aparecida, tratada no artigo em questão; e a de Fatinha, a que abordo no presente texto. Mas talvez seria mais adequado dizer que o locus e o contexto do meu trabalho de campo foram definidos, para além de qualquer intenção deliberada de minha parte, pelo espaço “polarizado” ou “colonizado” por estas duas residências. Localizadas no mesmo setor e separadas por umas poucas quadras, a “esfera de influência” destas casas constituiu-se naquele pedaço da cidade por onde mais circulei durante meu trabalho de campo. E isso não se deu por acaso: afinal de contas, também eu era um homem solteiro residindo temporariamente naquela cidade num espaço precário – um quartinho num hotel – e por isso mesmo me tornei elegível para a atenção e os cuidados de mulheres como Aparecida e Fatinha. Tanto uma como a outra costumavam dizer para mim, a sério e brincando: “Sou sua mãe em Urucânia!”. Alguma rivalidade entre elas surgiu daí, e é justamente disso que quero tratar agora. Pretendo discutir esse ponto a partir de uma questão que surgiu e por um tempo me intrigou quando retornei ao

campo em 2015, após seis anos sem visitar essa cidade. Por que, ao contrário do que ocorria em minhas estadias anteriores, Aparecida se recusava a aparecer nos almoços realizados “para mim” na casa de Fatinha?

A resposta a essa pergunta me parece agora simples: Aparecida havia deixado de frequentar a casa da vizinha, e não o fazia especialmente nestes almoços, porque agora possuía sua própria casa. Quero destacar assim que as mudanças e obras ocorridas na casa de Aparecida implicaram também em transformações nas relações estabelecidas entre esta casa e outras residências. Aparecida agora não morava mais num *barraco* de madeira, mas numa casa de alvenaria *na cerâmica*. Neste contexto, o termo “casa” costumava aparecer na sua fala de forma marcada: ele designava a construção recente, a edificação de alvenaria de que tanto Aparecida se orgulhava, e que era explicitamente contrastada como o antigo “barraco”. São justamente as condições necessárias para tal transição, a passagem do “barraco” para a “casa”, o foco da minha atenção em Guedes (2017). Deixando de frequentar aqueles almoços, Aparecida estava afirmando que agora possuía uma *casa* – naquele mesmo sentido marcado deste termo, designando algo equivalente ao que já há tempos possuía Fatinha. O mais relevante aí, para nossos objetivos, é o modo como ela fazia isso: arrogando-se a capacidade de rivalizar com a vizinha, e oferecendo seus próprios almoços para mim.

Atuando deste modo, Aparecida buscava sugerir a autonomia e *estabilidade* de sua própria casa – e levava adiante tal intento recorrendo àquele tipo de relações que a noção de “configuração de casas” tem nos ajudado a visualizar. Ou seja, nessa “reconfiguração” do conjunto de relações nos quais se insere sua residência, ela buscou rejeitar a anterior posição subordinada que seu *barraco* ocupava diante da casa (também aqui no sentido marcado) de Fatinha. Ao mesmo tempo, ela reivindicava para si essa centralidade definidora de uma verdadeira casa: a que se expressa por sua articulação a espaços menos *estabilizados* que ela e que dela passam a depender. Em Guedes (2017, p. 428), argumentei então que, diante dessas mudanças, eu pude perceber certas novidades no modo como Aparecida se comportava com os vizinhos e demais seres e coisas que povoavam as adjacências de sua morada.

A atenção maternal e condescendente com que ela trata certas pessoas passando por ali [em 2015] é igualmente nova para mim, e me ajuda a conhecer melhor algumas das relações sociais hierarquizadas que definem, elas

também, o que significa ser uma dona de casa [ou a dona de *uma* casa]: (...) pratos de comida, vegetais colhidos no quintal, remédios caseiros e filhotes de animais são enviados com alguma regularidade para homens solteiros, deficientes físicos e idosas viúvas (...); rapazes, moças e senhores *rodados* – sem emprego ou casa fixa, e frequentemente viciados em álcool e drogas – recebem convites para almoçar e, eventualmente, para pernoitar ali.

Neste mesmo período, na casa de Aparecida passei a esbarrar com frequência com Seu Altenor, velho conhecido de nós todos que, anteriormente, eu nunca tinha visto frequentando aquele lugar. Já ultrapassando os setenta anos, Seu Altenor se encontrava numa situação que, para Aparecida, não era exatamente favorável. Por quase uma década ele morara num *cômodo*. Nos últimos tempos, ele se mudara para uma casa alugada num desses extremos periféricos da cidade que só agora começam a se urbanizar. “Pobre Altenor” – repetiam quase que diariamente Aparecida e seu marido – “sem luz e sem água, cercado de brejo, aquele barro todo para chegar em casa... E sem mulher!”. Também assim eles justificavam a relação do casal com Seu Altenor, consolidando-se a cada dia e expressando-se de modo conspícuo no fato de que esse último passara a fazer suas refeições, várias vezes por semana, nesta recém-erguida casa “na cerâmica”. A hierarquia no vínculo em questão – ou a forma como tal vínculo espelha e metaforiza as relações intergeracionais, ou entre pais e filhos – evidencia-se ainda mais se destacamos que, mesmo sendo mais velho que seu casal de amigos, Seu Altenor passou a ser cotidianamente o destinatário de *conselhos* de ambos. “Vê se *sossega*, Seu Altenor! E para com essa coisa de ficar procurando menina nova, elas só querem é te enganar!”. *Conselho*, *ajuda*, cuidados e comida: também nesse caso a relação entre estas pessoas se estabelece pelo modo como, a partir da casa, coisas como essas circulavam em direção a espaços percebidos como não tão domésticos assim.

Para tentar extrair algumas consequências mais gerais destes incidentes, evoquemos aqui certas ideias nativas relativas ao que são o *controle* e a *estabilidade* (Guedes, 2017). Alguém que afirma que *controlou* – referindo-se a si próprio, mas sem o uso do pronome reflexivo correspondente – pode estar querendo dizer que parou de beber ou de drogar-se, ou que vem fazendo isso de forma mais branda; que está numa situação financeira não tão dramática como aquela em que se encontrava antes (seja pelo surgimento ou incremento de um fluxo mais ou menos regular de recursos

ou em razão de uma maior moderação no seu dispêndio); ou que parou de agredir fisicamente o cônjuge ou os filhos. Frequentemente, o termo em questão designa um movimento no qual convergem estas diferentes práticas – agora que não bebe mais cachaça, esse senhor *controlou*, e está mais pacífico e sociável; abandonou o quartinho vagabundo onde estava morando, e ao invés de gastar o dinheiro de sua aposentadoria no bar ele o utiliza para ajudar nas despesas da casa dessa antiga namorada, para onde se mudou (provisoriamente, provavelmente).

Para examinar a questão da *estabilidade*, tomemos outro exemplo. Mais de 2000 quilômetros distantes do Ceará, onde nasceram, e após mais de quarenta anos sem se encontrar, esse senhor descobre que sua irmã está morando também no norte do estado de Goiás, a umas poucas horas de viagem da cidade de Urucânia onde ele residia. Apelando para conhecidos e para anúncios na rádio, ele consegue enfim providenciar o telefone dela. Com poucos segundos de ligação completada, ele formula peremptoriamente duas perguntas. “Conte para mim, minha irmã: ‘Você está casada? Tem casa própria?’”. Diante da dupla negativa, ele não titubeia: “Então você vai vir morar comigo!”. As duas condições presentes nesta indagação – a) a presença de duas pessoas casadas ou vivendo juntas; b) e a existência de uma casa própria – ajudam-nos não apenas a perceber como certos espaços estão em condições de diferenciar-se de todo um conjunto de outras soluções habitacionais mais precárias ou provisórias; mas permitem igualmente vislumbrar a dinâmica das idas e vindas configurando a relação entre estes locais. Está presente aí a relevância desta combinação de relações e coisas que não passou despercebida aos etnógrafos das camadas populares brasileiras que tantas vezes mencionaram que “quem casa quer casa” (HEYE, 1980; WOORTMANN, 1982; MOTTA, 2014; CORTADO, 2016). Aqui, essa combinação da casa própria com o casamento nos interessa por evidenciar de forma particularmente didática, para nós e para as pessoas de que falo, os parâmetros nativos definidores do que seria a *estabilidade*: justamente os informados pelo modelo do casal *controlado* na casa própria.

Com o objetivo de esclarecimento do argumento, poderíamos então imaginar uma classificação hierárquica dos agenciamentos de moradia que, tomando o grau de *estabilidade* como referência, alocaria num extremo a situação do que está na prisão ou morando na rua, *rodado*; e, no outro, a casa própria com um casal estável. Entre estes polos, num crescendo de

estabilidade, poderíamos ter então: o morar de favor na casa de algum conhecido ou parente; o *quartinho* ou *cômodo* alugados, ou o alojamento de alguma firma; e a casa alugada. De acordo com a mesma lógica, a casa própria com um casal é “mais estável” que aquela onde mora uma viúva (lembramos que é esse o estado em que, recentemente, passou a se encontrar Fatinha); mas como bem mostra o caso do Seu Altenor ajudado por Aparecida e seu marido, uma casa sem uma mulher é menos estável do que aquela onde o que “falta” é o homem/marido.¹⁴

No que se refere ao convite do senhor para sua irmã, a ideia de *controle* nos fornece o acesso a outros elementos. Se a irmã daquele senhor aceitou este convite, foi em virtude do contraste existente entre sua situação (relativamente) precária e a do irmão, que era alguém que havia conseguido *controlar* – ele estava portanto bem estabelecido com a família numa casa própria; além disso, ele usufruía de uma situação financeira razoável; não estava envolvido com jogos, bebidas ou drogas; e nem era dado a comportamentos violentos. Esses usos do verbo *controlar* assinalam, claramente, uma norma ou um modelo de comportamento a serem (per)seguidos. Mas eles costumam fazê-lo indicando ao mesmo tempo o quão frequentes e triviais (e compreensíveis e esperados) são os desvios com relação a este modelo ou norma. Na utilização deste verbo, a ênfase parece recair assim nem tanto na condição do *controle* ou da *estabilidade* como algo alcançado e assegurado; e sim nos esforços, percalços, surpresas e dramas envolvidos em sua obtenção ou abandono. Para o etnógrafo, há então algo que talvez seja mais interessante do que a explicitação dos conteúdos desta norma: justamente a consideração dos modos através dos quais as pessoas se aproximam ou se afastam dela, bem como dos significados da recorrência e alternância destes movimentos ao longo do tempo. Todos os planos, sonhos e reflexões nativas a respeito da casa estão informados e orientados pela consciência destas vicissitudes.

Se a produção, durabilidade e permanência da casa são potencializadas por este laço social específico (o casamento, a união “estável”), poderíamos dizer também, à lá Bruno Latour (2005, p. 68), que é sobretudo

14 Critérios de outra ordem podem também ser incluídos para pensar essa classificação hierárquica, tal como a localização do imóvel em questão em áreas centrais ou na periferia, ou em municípios “centrais” ou “periféricos”. E quase nada falei aqui sobre as relações envolvendo lugares situados nas áreas rurais, e as peculiaridades aí envolvidas.

através da casa que estas pessoas buscam “tornar mais duráveis”¹⁵ este tipo de vínculo. Do ponto de vista de duas pessoas que se unem para formar um matrimônio, a casa é, assim e obviamente, a principal dentre aquelas “coisas que eles acrescentam a suas capacidades sociais [social skills] de modo a tornar mais duráveis as interações sempre cambiantes e inconstantes”¹⁶ (LATOURE, 2005, p. 68) entre elas. Evoco a questão da durabilidade ou duração por ela estar tão no cerne das preocupações de meus interlocutores, justamente em função do que eu havia assinalado acima: o fato de que os parâmetros e normas corporificados pelo casal estável numa casa própria ganham seu pleno sentido – e sua relevância analítica para nós – à luz dos movimentos pelos quais alguém deles se aproxima ou se afasta (ou se afasta, e depois se aproxima, e então se afasta novamente etc.). É isso o que fundamenta, também pelos critérios nativos, a mais significativa diferença entre uma casa como a de Fatinha e aquelas outras que se arrogam a pretensão de emulá-la. No que diz respeito a estas últimas, basta lembrar do que ocorreu com a casa de Claudete – a moça que Fatinha “ajudou a criar” – após a prisão de seu marido e irmã. Neste caso, o abandono e quase literal desmoronamento desta casa esteve longe de ser encarado como algo inusitado ou surpreendente pelos envolvidos. Acontecimentos e insucessos feitos esses parecem corresponder antes à regra do que à exceção. Ou seja: iniciativas feitas as de Aparecida e Claudete, ambicionando ou buscando a *estabilidade* já alcançada por Fatinha e sua casa, são tão comuns que beiram a trivialidade. O que é de fato singular e digno de atenção – na boca do povo, sobretudo – é a capacidade de tornar estes planos, e à casa em que se materializam, duráveis. Será Aparecida capaz de alcançá-lo? No intervalo de meses que separa a redação deste texto da escrita de Guedes (2017) uma novidade já sinaliza como será complicado para que esta última consiga isso: o “casamento” de Aparecida com seu antigo namorado – evento decisivo no que concerne aos seus planos de *estabilização* de sua casa e de sua vida – chegou ao fim; e ela está novamente “solteira”.

Claudete, como vimos, fracassou nesse objetivo. E foi esse fracasso o que criou o “problema” enfrentado por Fatinha. As transformações diacrônicas associadas a projetos e sonhos na busca da melhora ou *estabilização*

15 “render more durable”.

16 “things they have added to social skills so as to render more durable the constantly shifting interactions”.

de vida podem e devem assim ser pensadas à luz dos vínculos sincrônicos que constituem, em determinado momento do tempo, configurações de casas como as que examinamos aqui. De acordo com esta perspectiva, temos que considerar as relações existentes entre o fracasso de certos projetos e o sucesso de outros. Os “problemas” e os “para-raios” que os atraem parecem então constituir-se mutuamente. A existência de casas propriamente ditas – as que são duráveis e *estáveis*, e onde vigora o *controle* – torna possível e estimula, emulativamente, iniciativas “emancipatórias” como as de Claudete e Aparecida; mas torna possível e estimula também os *descontroles* de uma pessoa como Seu Altenor, que aos 70 anos de idade gasta grande parte de seu dinheiro com presentes para meninas novas. Num caso como no outro, a existência da casa estável funciona como uma espécie de seguro, autorizando iniciativas arriscadas ou mesmo irresponsáveis. É também a consciência de que existe quem os *ajudará*, ou um lugar que os acolherá, o que viabiliza e incentiva práticas dessa ordem. Não reside aí também a frustração de Fatinha, na passagem com que começamos nossa discussão? Ela sabe que a estabilidade de sua casa torna-lhe particularmente propícia para receber pedidos de ajuda, e para atrair problemas de quem não está tão *controlado* assim...

Conclusão

Não tenho aqui condições para realizar uma revisão bibliográfica mostrando como a noção de configuração de casas, ao longo dessas duas décadas posteriores à sua formulação, vem se revelando produtiva. Mas um rápida passada de olhos em alguns daqueles já citados trabalhos que se serviram dela (PINA-CABRAL, 2014; MOTTA, 2014; DALMASO, 2014; HANDERSON, 2016; ARAOZ, 2016; ARAÚJO SILVA, 2017) é suficiente para indicar-nos o quão relevante pode ser pensar a casa “no contexto de uma rede”, e não como “uma entidade isolada, voltada para si mesma” (MARCELIN, 1999, p. 36). Podemos dizer assim que o conceito em questão tem funcionado via um procedimento analítico que nos encaminha na direção de um primeiro movimento de “dessubstancialização” da casa.

A descrição que realizo aqui parte daí. Orientado por esse movimento, fui estimulado pelo trabalho de campo a tentar articulá-lo ao modo como certos “problemas” vinham recorrentemente se fazendo presentes na vida

de meus interlocutores. Foi via essa articulação que, gradualmente, a questão das hierarquias existentes no seio dessas configurações passou a ocupar um lugar central nas minhas preocupações. A consideração deste tipo de vínculo hierárquico não representou, porém, um fim em si mesmo; nem representou um desvio que me afastou das “casas” na direção das “pessoas”. Muito pelo contrário, o exame de tais hierarquias foi um meio que permitiu-me dar conta do que, aqui, é indicado pela ideia de “formas provisórias de existência” – e com isso quero dizer que estas hierarquias manifestam-se de forma conspícua, na Urucânia aqui apresentada, pela singularização da casa diante de outros modos de habitação.

Foram estas “formas provisórias” que estimularam um movimento analítico que, análogo ao sugerido por Marcelin, também nos possibilita uma “dessubstancialização” da casa, agora numa direção diferente: a que problematiza aquelas formulações que a pressupõem como algo dado, imóvel ou já-acabado. E note-se desde já que não há maiores novidades nisso. Como já assinalado, também Carsten e Hugh-Jones (1995, p. 37) insistiam na necessidade de evidenciar “a natureza processual da casa”.¹⁷ Entre pesquisadores brasileiros, a ideia de “imaginação construinte”¹⁸ adiantada por Cavalcanti (2007) vai nessa mesma direção. Também sugestivo deste tipo de preocupação é o modo como o termo “barraco” – ele próprio caro à minha descrição – costuma aparecer nos títulos de trabalhos na antropologia e sociologia urbana brasileira, constantemente evocando-os no contexto de sua transformação (ou dos projetos para que se transformem) em “casas” (CAVALCANTI, 2009), “apartamentos” (SLOB, 2002) ou “prédios de quitinetes” (LEITÃO, 2009).

Tudo isso permite avaliar melhor a especificidade de meu esforço aqui. Numa primeira aproximação, busquei sim, para a descrição do que são esses “problemas” de meus interlocutores, algo que vai na direção de uma articulação de duas perspectivas: uma sincrônica, ressaltando os aspectos dinâmicos e relacionais, a partir das configurações de casas; e uma outra que poderia ser caracterizada como diacrônica, via a referência aos processos de transformação da casa no tempo. Mas é preciso ressaltar o modo como essa diacronia se manifesta: através de uma forte ênfase na

¹⁷ “the processual nature of the house”.

¹⁸ “building imagination”.

duração ou transiência da casa. É justamente isso o que a noção de “formas provisórias” – operando também na primeira perspectiva, é claro – indica. Prestam-se igualmente bem para tal propósito algumas dessas ideias nativas – a de *estabilização*, a de *controle* – tão caras a meus interlocutores.

Bibliografia

- AGIER, Michel. *Managing the Undesirables: Refugee Camps and Humanitarian Government*. Cambridge, Polity Press, 2011.
- ANTONAZ, Diana. *Na escola dos grandes projetos: a formação do trabalhador industrial na Amazônia*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- ARAOZ, Consuelo. When Family Lives Nearby: Kinship, Socioeconomic Conditions And Residential Configurations In Santiago, Chile. *Cuadernos ISUC* v. 1, n. 1, p. 1-19, 2016.
- ARAÚJO SILVA, Marcela Carvalho. *Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Librairie Droz, 1972.
- BURAWOY, Michael. The functions and reproduction of migrant labor: comparative material from Southern Africa and the United States. *American Journal of Sociology*, v. 5, p. 1050-1087, 1976.
- CABRAL, João de Pina. Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 23-46, 2014.
- CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- CAVALCANTI, Mariana. *Of shacks, houses, and fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Chicago, Chicago 2007.
- _____. Do barraco à casa: tempo, espaço e valores em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 69-80, 2009.

_____. Vida e morte do “agrupamento 26”: breve etnografia do Morar Carioca na “Barra Olímpica” (2011-2013). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 211-235, 2017.

COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle. *Giros etnográficos em Minas Gerais: conflito, casa, comida, prosa, festa, política e o diabo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

CORRADO, Elis. De índios a sem-terra: variações da forma acampamento. *Unicamp, Ruris*, v. 1, n. 2, 2013.

CORTADO, Thomas. Houses made out of eyes. An ethnography of brick walls at the urban fringe of Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA EUROPEAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION, 2016, Milão *Anais* [...].

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

FIRMO, Fernando. *Acampamento Grajaú: etnografia de uma ocupação política*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FONSECA, Claudia. Inequality Near and Far: Adoption as Seen from the Brazilian Favelas. *Law & Society Review*, v.36, n. 2, p. 101-134, 2002.

GUEDES, André Dumans. Ajudar o povo, falar com o povo, lidar com o povo: notas sobre o exercício da liderança num movimento social. In: GRIMBERG, Mabel et al. *Antropología de tramas políticas colectivas: estudios en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2011.

_____. Padrões, garimpeiros e lideranças: mediação e política em um movimento de atingidos por barragens. *Revista IDEAS*, v. 6, p. 65-99, 2012.

_____. *O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

_____. Fever, Movement, Passion and Dead Cities in Northern Goiás. *Vibrant*, v. 11, n. 1, p. 56-95, 2014.

_____. Construindo e estabilizando casas, pessoas e cidades. *Mana*, v. 23, n. 3, p. 403-435, 2017.

HANDERSON, Joseph. *Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2015.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEITÃO, Gerônimo. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha ao longo de cinquenta anos*. Niterói: Editora da UFF, 2009.

LEITE LOPES, José Sérgio. Fábrica e vila operária: consideração sobre uma forma de servidão burguesa. In: LEITE LOPES et al. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LINS RIBEIRO, Gustavo. *Developing the Moonland: The Yacyreta Hydroelectric Dam and Economic Expansion in Argentina*. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia) – The City University of New York, New York, 1988.

_____. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. *Série Antropologia* (UnB) n. 84, 1989.

MARCELIN, Louis Herns. *L'invention de la Famille Afro-américaine: Famille, Parenté et Domesticité parmi les Noirs du Recôncavo da Bahia, Brésil*. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

_____. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. *Mana*, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.

MARQUES, Arlete. *Xinguara, sul do Pará: migração, sociabilidades e processos identitários*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MENEZES, Marilda. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses – migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MOTTA, Eugenia. Houses and economy in the favela. *Vibrant*, v. 11, n. 1, p. 118-157, 2014.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho; notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto*. Niterói, v. 2, n. 2, p. 103-114, 1977.

ROSA, Marcelo. Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil. Os impactos das ações do MST sobre o sindicalismo rural. In: GRIMSON, Alejandro (Org.). *La Cultura en las Crisis Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 58, p. 73-92, 2000.

SILVERMAN, Sydel. The community-nation mediator in traditional Central Italy. In: POTTER, Jack et al. (Org.). *Peasant Society: A Reader*. Boston: Little, Brown and Company, 1967.

SLOB, Bart. *Do barraco ao apartamento: a "humanização" e "urbanização" de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) – Universidade de Leiden, Leiden, 2002

WOORTMANN, Klass. Casa e família operária. *Anuário Antropológico*, v. 80, p. 119-150, 1982.